

RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR

EX-MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
POR
INCUMPRIMENTO DO DEVEDOR
— RESOLUÇÃO —
(2ª TIRAGEM)

AIDE EDITORA

2ª edição
2ª tiragem – 2004

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
BIBLIOTECA M. OSCAR SAENHARTZ	
SYS N°	DATA
662126	28-04-04

347.44
A282e
2.ed.
2. tir.
ex. 1

A282e – Aguiar Júnior, Ruy Rosado de

Extinção dos contratos por incumprimento do devedor / Ruy Rosado de Aguiar Júnior – Rio de Janeiro: AIDE Editora, 2004.

328 p.

1. Direito Civil – Brasil. I. Título.

CDD – 342.1

ISBN 85-321-0044-9

PUBLICAÇÃO Nº 126

Direitos desta edição reservados à

AIDE EDITORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA.

Rua Bela, 740 – São Cristóvão

20930-380 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone e Fax: (21) 2589-9926

E-mail – aideeditora@radnet.com.br

Home page – <http://www.radnet.com.br/aideeditora>

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO 9

INTRODUÇÃO 11

Primeira Parte

NATUREZA JURÍDICA DA RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I — A Resolução Como Direito Formativo 21

1 — Fatos extintivos que dão eficácia ao contrato 21

2 — Fatos extintivos que atingem a eficácia 23

3 — Espécies de direitos subjetivos 26

4 — Espécies de direitos formativos 29

CAPÍTULO II — Características do Direito Formativo

de Resolução 31

5 — Exercício do direito formativo mediante ato jurídico 31

6 — Voluntariedade 32

7 — Renúncia 33

8 — Prescrição 36

9 — O devedor como titular do direito de resolver 38

10 — Extinção da relação 39

11 — Ato dispositivo 40

12 — Retratação 41

13 — Relação de liquidação 41

14 — Ineficácia em sentido estrito 42

15 — A resolução como fase do processo 46

16 — Efeito liberatório 48

17 — Lei no tempo 50

18 — Subsidiariedade 52

CAPÍTULO III — Espécies de Resolução 54

19 — Legal e convencional 54

20 — Judicial e extrajudicial 56

21 — Total ou parcial 61

22 — Causas 62

23 — Legitimidade ativa 63

24 — *Ex nunc* e *ex tunc*; com ou sem indenização 63

CAPÍTULO IV — Figuras Afins	65
25 — Nulidade	65
26 — Anulabilidade	65
27 — Rescindibilidade	68
28 — Revogabilidade	71
29 — Distrato	71
30 — Denúncia e resilição	72
31 — Arrependimento	73
32 — Extinção <i>ipso jure</i>	73
33 — Redibição	74
34 — Distinções	74

Segunda Parte

REQUISITOS PARA A RESOLUÇÃO

CAPÍTULO V — Contrato Bilateral	79
35 — Conceito de contrato bilateral	81
36 — Contrato bilateral imperfeito	84
37 — Contrato unilateral	85
38 — Contratos onerosos e contratos gratuitos	85
39 — Contratos plurilaterais	88
40 — Contratos mistos, coligados e união de contratos	89
CAPÍTULO VI — Incumprimento Definitivo da Obrigação	91
41 — Princípios do cumprimento	91
42 — Espécies de incumprimento	93
43 — Opções do credor	95
44 — Impossibilidade	96
45 — Impossibilidade imputável	103
46 — Resolução por perda de interesse do credor	114
1 — Impossibilidade parcial	118
2 — Impossibilidade temporária	118
3 — Mora e demora	119
4 — Cumprimento imperfeito (infrações contratuais positivas e quebra antecipada do contrato)	123
5 — Critérios para a avaliação do incumprimento definitivo por perda de interesse do credor	130
47 — Modificação superveniente das circunstâncias	143
1 — Alteração da base objetiva do negócio	143
2 — A onerosidade excessiva no Código Civil brasileiro de 2002	152
3 — A resolução por onerosidade excessiva	154
4 — Informações de direito comparado	161
48 — Casos especiais de resolução pelo devedor	164
CAPÍTULO VII — Credor Não-Inadimplente	166
49 — Conceito	166
50 — A alegação de inadimplência do credor	171

PROCEDIMENTOS E EFEITOS

CAPÍTULO VIII — A Possibilidade da Restituição	177
51 — Na resolução legal e convencional	177
52 — Caso fortuito	179
CAPÍTULO IX — Resolução Extrajudicial	181
53 — Cláusula resolutiva	182
54 — Resolução por notificação	185
CAPÍTULO X — Resolução Judicial	192
55 — Generalidades	192
1 — Alternativa do credor	192
2 — Escolha do credor	193
3 — Cumulação de ações	194
4 — Natureza da sentença	194
5 — Prescrição ou renúncia	196
56 — <i>Jus variandi</i>	197
1 — O credor propõe a ação de cumprimento do contrato	200
2 — O credor exerce o direito de resolução por procedimento extrajudicial	202
3 — O credor propõe a resolução por procedimento judicial	203
57 — Legitimação	207
1 — Legitimação ativa	207
1.1 — Cessão de crédito	207
1.2 — Assunção de dívida	208
1.3 — Cessão da posição contratual	209
1.4 — Prestação divisível ou indivisível	210
2 — Legitimação passiva	219
58 — Resposta do devedor	220
1 — Defesas	220
2 — <i>A exceptio non adimpleti contractus</i>	222
3 — Reconvenção	224
59 — Mora	225
1 — Carga da prova	226
CAPÍTULO XI — A Intervenção Judicial e o Princípio da Boa-Fé	229
60 — A atividade do juiz	229
61 — A boa-fé objetiva	241
CAPÍTULO XII — Efeitos da Resolução	257
62 — Retroatividade	257
63 — Relação de liquidação	258
64 — Restituição	259
65 — Eficácia real	262
66 — Indenização	266

CONCLUSÕES	272
ANEXOS	275
Anexo I — Precedentes do STJ sobre Resolução do Contrato	277
Anexo II — Precedentes do STJ sobre Boa-Fé Objetiva	292
Anexo III — Quadro Comparativo dos Artigos do Código Civil de 1917 e do Código Civil de 2002 citados no texto	301
Anexo IV — Quadro Comparativo dos Artigos do Código Civil de 2002 e do Código Civil de 1917 citados no texto	306
ÍNDICE GERAL	311
ÍNDICE REMISSIVO	315
BIBLIOGRAFIA	321